



Boletim Informativo dos Núcleos

Novembro/2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3 NUDECA

7 NUDEM

12 NUDDH

14 NUDEPED

15 NUDIVERSI

NUDECA



A dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NUDECA), Andreia Paz Rodrigues, participou do II Seminário Estadual: O Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. A defensora pública foi uma das integrantes da mesa de abertura do encontro.

Leia +



A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul em parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE), assinaram termo de cooperação do programa “Preparando o Futuro” que visa à disponibilização de vagas de estágio para os estudantes em acolhimento institucional ou familiar e que demandam uma proteção especial por encontrarem-se em situação de vulnerabilidade social.

Leia +

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Publicada a Lei nº 14.713/2023 que proíbe a guarda compartilhada de filhos quando há risco de algum tipo de violência doméstica ou familiar praticado por um dos genitores. A legislação alterou o Código Civil, art. 1584, § 2º, da Lei 10406/02, e o Código de Processo Civil, art. 699A da Lei 13105/15, para determinar como causa impeditiva para o exercício da guarda compartilhada o risco ou a prática da violência doméstica e familiar. Estabelece, outrossim, que deverão ser indagadas previamente as partes e o Ministério Público sobre situações de violência que envolvam o casal ou os filhos.

Leia +

Promulgada a Lei nº 14.717/2023 que prevê o pagamento de pensão para filhos de mulheres vítimas de feminicídio. A normativa “Instituiu pensão especial aos filhos e dependentes crianças ou adolescentes, órfãos em razão do crime de feminicídio tipificado no inciso VI do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo”.

Leia +

Sancionada a Lei nº 14.721/2023 para ampliar a assistência à gestante e à mãe no período da gravidez, do pré-natal e do puerpério. O texto altera os arts. 8º e 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

STJ: audiências sobre violência contra crianças e adolescentes podem ser acompanhadas por Defensorias Públicas

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça determinou (RMS 70.679) que Defensorias Públicas podem ser chamadas pelo juiz da causa para acompanhar audiências que tratam de casos de violência contra crianças e adolescentes.

Leia +

Governo Federal lança o guia “De boa na Rede”

O Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou um guia para ensinar pais e responsáveis a monitorar as atividades de crianças e adolescentes na internet. O conteúdo está separado com dicas de proteção para as principais plataformas: TikTok, Instagram, Facebook, YouTube, X/Twitter, Discord, Kwai e Google, além dos sistemas operacionais Android e iOS. A iniciativa contou com a contribuição das big techs e da sociedade civil.

Leia +

CNJ proíbe discriminação em adoção por pessoas homoafetivas

Membros do CNJ aprovaram a edição de uma regra proibindo juízes e desembargadores de recusarem pedidos de adoção ou tutela de crianças e adolescentes com o argumento de que os requerentes formam um casal homoafetivo ou transgênero. A medida, que entrará em vigor a partir de sua publicação, vale também para pessoas sem companheiros que queiram formar uma família monoparental.

Leia +

STJ inicia julgamento que vai decidir se paternidade pode ser questionada após trânsito em julgado

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça iniciou o julgamento do Recurso Especial nº 1.639.372 que vai decidir se a paternidade pode ser questionada após ocorrido trânsito em julgado da investigação. A análise foi suspensa após pedido de vista do ministro Marco Buzzi.

Leia +

Projeto de Lei determina atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica em delegacias especializadas da mulher

Está em análise, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1.653/2023, que determina atendimento aos filhos crianças e adolescentes nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam). O texto altera a Lei 14.541/2023, que instituiu o trabalho ininterrupto dessas delegacias, prevendo que elas realizem o acolhimento de filhos crianças e adolescentes, embora decorrentes de filiação socioafetiva.

Leia +

Defensoria Pública participa de formatura de socioeducandos da FASE em curso de Educação Profissional

No dia 13 de novembro, os socioeducandos do Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II (Case POA 2) concluíram o curso de Técnica de Corte Masculino e Design de Barba.

Leia +

Projeto fixa medidas de combate à pedofilia em aeroportos e aeronaves

O Projeto de Lei 1888/23 determina que o poder público promova campanhas em terminais aeroportuários e no transporte aéreo de alerta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Leia +

STF veda contratos temporários, transformação dos cargos de motorista e agente socioeducativo em Policial Penal

O Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais trechos de emendas à Constituição do Estado do Acre que autorizavam a transformação de cargos públicos de motorista penitenciário e agente socioeducativo em cargos de policial penal e permitiam o aproveitamento de servidores temporários nos quadros da Polícia Penal. A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7229.

Leia +

NUDEM ATUAÇÃO DO NÚCLEO

Dirigente do NUDEM compareceu no lançamento da Ouvidoria da Mulher do Tribunal Regional Federal da 4ª Região



Na solenidade, foi destacada a importância da criação das Ouvidorias nos Tribunais e instituições, bem como a luta das mulheres que conquistaram direitos e lugares de fala na sociedade. Na ocasião, tomou posse a Ouvidora da Mulher do TRF4, Desembargadora Ana Cristina Ferro Blasi.

Leia +

Defensora Pública participa do I Seminário da Serra Gaúcha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

A Dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) participou da solenidade de abertura do I Seminário da Serra Gaúcha de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, em Bento Gonçalves/RS. O seminário reuniu especialistas, policiais, acadêmicos, profissionais de saúde e membros da comunidade local, para compartilhar conhecimentos, trocar experiências e discutir estratégias eficazes para prevenir e combater a violência contra a mulher.



Leia +

Na Assembleia Legislativa, Defensoras Públicas buscaram apoio para criação de Defensorias Especializadas no Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica

A Administração Superior da Defensoria Pública do Estado reuniu-se com diversas deputadas e deputados estaduais para dialogar sobre o Projeto de Lei nº 492/2023, que dispõe sobre a criação de 14 novas Defensorias Públicas Especializadas de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica.



Leia +

O Projeto Recomeçar, parceria da Defensoria Pública do RS com a rede de Cursos Técnicos Profissionalizantes SEG, formou suas primeiras alunas no final de setembro de 2023. A iniciativa, que busca atender mulheres vítimas de violência, foi desenvolvida pelo Núcleo de Defesa da Mulher da DPE/RS e teve o Termo de Cooperação assinado em maio deste ano.

Leia +

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei nº 14.674/2023, que alterou a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, para dispor sobre auxílio-aluguel a ser concedido pelo juiz em decorrência de situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida afastada do lar.

Lei nº 2.491/19, que determina o impedimento da guarda compartilhada de filhos nos casos de violência doméstica ou familiar praticado por um dos genitores. Esta legislação também altera a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) e a Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar envolvendo o casal ou os filhos.

Lei nº 14.542/2023, que garante prioridade para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos atendimentos do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Serão reservadas 10% das vagas ofertadas para intermediação.

NOTÍCIAS RECENTES

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o juiz não pode, sem pedido da vítima, marcar audiência para que ela desista de processar o agressor nos crimes de violência contra mulher em que a ação penal seja condicionada à sua manifestação. A decisão, unânime, foi tomada na sessão virtual do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7267).

Foi lançado no Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dois livros: Em defesa de um conceito jurídico de presunção, de autoria de Janaina Matida, e Os fatos no processo penal, coordenado por Lívia Moscatelli e Janaina Matida. O evento contou com a presença de Ministros da Corte e muitos outros profissionais do Direito e destacou o protagonismo Feminino no Poder Judiciário.

Leia +

Presidente do STF lançou campanha de combate à violência contra mulher. A campanha teve a participação de mais de 25 cartunistas mulheres que, por meio de charges e desenhos, abordaram temas como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

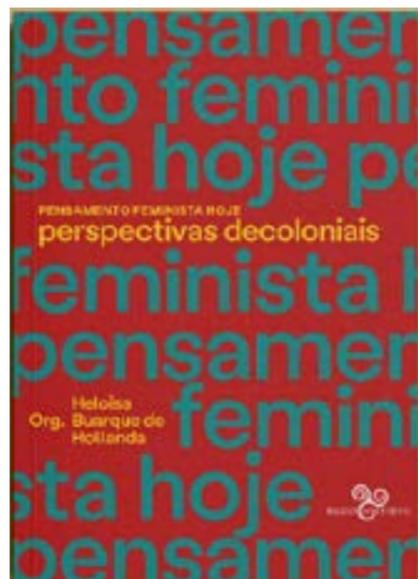
Leia +

JURISPRUDÊNCIA

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E PENAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO DE INTERPRETAÇÃO CONFORME DO ART. 16 DA LEI MARIA DA PENHA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE, INCOMPETÊNCIA E AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO. INTERPRETAÇÃO QUE ADMITE DESIGNAÇÃO DE OFÍCIO DA AUDIÊNCIA DE RENÚNCIA À REPRESENTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

(ProAfR no REsp n. 2.026.129/MS, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do TJDFT), Terceira Seção, julgado em 25/4/2023, DJe de 8/5/2023.)

DICAS CULTURAIS



Livro: “Pensamento feminista brasileiro” de Heloísa Buarque de Holanda, uma coletânea de estudos feministas e também de ativismos que ganharam espaços no país. Foram agregados os nomes de importantes pensadoras brasileiras nesta obra que afirmam seu lugar para as novas gerações, a partir do conhecimento e do reconhecimento da atuação, dos estudos produzidos como um campo de contínuo de expansão, afirmação e resistência.

Filme: Estrelas Além do Tempo.

Baseado no livro de mesmo nome de Margot Lee Shetterly, o filme conta a história de grupos de mulheres matemáticas que trabalhavam na agência espacial que posteriormente se transformaria na NASA. A história centra-se em três mulheres negras que faziam parte de um grupo segregado dentro da agência, visto que os Estados Unidos estava em pleno período de segregação racial.

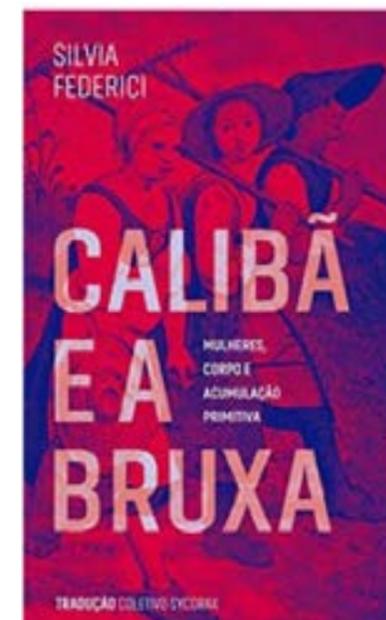


Filme: As sufragistas.

Este filme narra o início da luta do movimento feminista e os métodos incomuns de batalha. A história das mulheres que enfrentaram seus limites na luta por igualdade e pelo direito de voto. Elas resistiam à opressão de forma passiva, mas, a partir do momento em que começaram a sofrer uma crescente agressão da polícia, decidiram se rebelar publicamente. Baseado em fatos reais, o filme se passa no Reino Unido, no final do século XIX. No elenco nomes de peso como Meryl Streep, Helena Bonham Carter, Carey Mulligan, Ben Whishaw, Brendan Gleeson e Anne Marie Duff.

Livro: Calibã e a Bruxa, de Sílvia Federici.

Esta obra é de uma intelectual militante de tradição feminista marxista. Seu livro intitulado “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, foi lançado no Brasil em 2017 e concebido como uma contribuição para o movimento de libertação das mulheres em relação aos homens – uma luta fundamental do movimento feminista.



NOTÍCIAS RECENTES

Autoridades defendem pacto nacional pelos direitos humanos.

Leia +

TJ-PR reconhece confissão obtida por tortura e anula condenações do 'caso Evandro'.

Leia +

Relatório mostra dados sobre violência policial contra negros.

Leia +

Marcha Zumbi Dandara reúne milhares em Porto Alegre.

Leia +

MDHC institui Pontos de Apoio à População de Rua para fomento de serviços públicos destinados a pessoas em situação de rua.

Leia +

Palestina Brasileira: Rio Grande do Sul abriga milhares de imigrantes palestinos e seus descendentes.

Leia +

Empresário é condenado em R\$ 1 milhão por trabalho análogo à escravidão.

Leia +

A cada 100 mortos pela polícia em 2022, 65 eram negros, mostra estudo. Proporção é de 87%, se considerados apenas aqueles com cor informada.

Leia +

Caminhada alerta contra transtornos mentais causados pela violência policial.

Leia +

Justiça do RJ condena 13 policiais militares a 54 anos de prisão por mortes no Morro da Coroa.

Leia +

Cinco policiais militares são alvos de operação que investiga tortura e assassinato de homem quase sete anos após crime na Bahia.

Leia +

PM é preso pela Corregedoria em Itajaí (SC) por tortura contra moradores de rua.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

DEFENSORIA PÚBLICA E UFPEL PROMOVEM SEMINÁRIO “ACESSO À JUSTIÇA, PRISÕES E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS”

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), em parceria com a Libertas Programa Punição, Controle Social e Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas, promoveu, no dia 5 de dezembro, o Seminário “Acesso à Justiça, Prisões e Proteção dos Direitos Humanos”.

Leia +

NUDEPED

NOTÍCIAS RECENTES

Acesso à educação é principal meio de coibir discriminação contra PcD.

Leia +

Em painel sobre a defesa das minorias, especialistas cobram atenção aos direitos das crianças, adolescentes, pessoas com deficiência física, idosos e população LGBT.

Leia +

TJ-SP manda governo estadual fornecer professor auxiliar a aluno PCD.

Leia +

TJ-GO reconhece direito de cadeirante participar de concurso público.

Leia +

Gastos relativos à instrução de pessoa com deficiência são integralmente dedutíveis do IR.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

DEFENSORA PÚBLICA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA SOBRE AS DIFICULDADES NO TRANSPORTE PÚBLICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

No dia 9 de novembro, a dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa com Deficiência (NUDEPED), Mônica Zimmer, participou de audiência pública sobre as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam no transporte público. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa do RS. Na audiência, a defensora pública ressaltou que houve avanços na legislação nos últimos anos, mas que nada mudará se não forem adotadas medidas concretas para garantir a acessibilidade e a universalidade.

Leia +

NUDIVERSI

NOTÍCIAS RECENTES

Resolução do CNJ sobre famílias homoafetivas reforça garantia constitucional.

Leia +

É dever do juiz perguntar a pessoa trans onde ela prefere cumprir pena.

Leia +

No Amazonas, Defensoria apura condições de serviços assistenciais ofertados às pessoas trans.

Leia +

HUBRH+, empresa especializada em recursos humanos, cria manifesto em apoio a melhores atendimentos para pessoas LGBTQIAPN+ e aos PCDs nas redes de saúde.

Leia +

Vereadores aprovam proibição de crianças em Parada LGBTQIA+ em João Pessoa; MP critica e recomenda veto.

Leia +

Negros são maioria entre pessoas trans assassinadas no Brasil em 2023.

Leia +

Estudo do Dieese revela crescimento dos instrumentos de combate à LGBTfobia no mundo do trabalho.

Leia +

População LGBTQIA+ enfrenta maiores dificuldades para se preparar para a aposentadoria.

Leia +

Mapa mostra países que mais matam pessoas trans; Brasil aparece em 1º.

Leia +

Pessoas trans que moram no exterior podem mudar nome em consulados e embaixadas.

Leia +

Identidades Trans: Ativistas e acadêmicos dizem que é urgente debater o envelhecimento e a qualidade de vida de pessoas travestis e transexuais no Brasil.

Leia +

Pessoas transgênero podem ser batizadas como católicas e ser padrinhos.

Leia +

Riotur abre inscrições para o concurso que vai eleger o Muso, Musa e Pessoa Cidadã LGBTQIAPN+ não binária do carnaval 2024.

Leia +

Defensoria Pública ajuíza ação contra lei que proíbe participação de crianças em parada LGBTQIA+ em Betim/MG.

Leia +

Brasil é réu na Corte Interamericana por negar cirurgia a mulher trans.

Leia +

MDHC institui GT para promoção e defesa dos direitos humanos das pessoas intersexo.

Leia +

Áustria indenizará homossexuais perseguidos por leis discriminatórias.

Leia +

Pessoas LGBT+ sofrem com recriminalização no sistema prisional, indica relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ (NUH) da UFMG.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO

DEFENSORIA REALIZA MUTIRÃO COM FOCO EM DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+, NA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

No dia 30 de novembro, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), realizou um mutirão de atendimentos e educação em direitos voltado para a população LGBTQIA+. O evento ocorreu na Praça Francisca Bolognese, no bairro Hípica, em Porto Alegre. Integrantes dos Núcleos de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (NUDIVERSI), dos Direitos Humanos (NUDDH) e da Defensoria Itinerante esclareceram dúvidas e ampliaram o conhecimento sobre o acesso a políticas públicas e direitos referentes às pessoas LGBTQIA+. O mutirão fez parte da Ação Comunitária Cidadania na Praça: Resistir para Existir, iniciativa da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (FASC), que visa promover o acesso a serviços e mobilização social, criando vínculos entre a comunidade e a rede socioassistencial.

Leia +

Boletim Informativo dos Núcleos

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
